

Madeira antiecológica é consumida

Maior parte do produto que está no mercado não provém do manejo sustentável, segundo o engenheiro Leandro Sobral

RODRIGO GUADAGNINI
rymada@pjournal.com.br

Enquanto “assiste” — boa parte com revolta — pelo noticiário o anúncio dos milhares de quilômetros quadrados desmatados anualmente na Amazônia, o piracicabano pode estar contribuindo com a destruição da maior floresta tropical do mundo. Segundo estimativa do Inaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), a maior parte da madeira consumida na cidade contribui para que a devastação da Floresta Amazônica continue em ritmo acelerado.

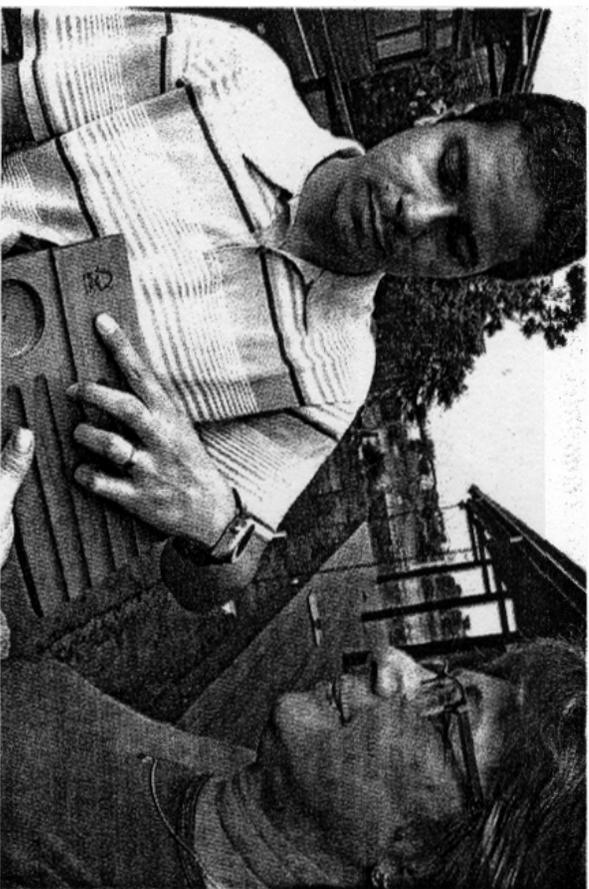
Trata-se de um reflexo daquilo que se observa em praticamente todo território brasileiro. O Inaflora trabalha com números que apontam para a extração de 28 milhões de metros cúbicos de madeira por ano da Amazônia, o equivalente a cerca de dez milhões de árvores derrubadas. Cerca de 80% desse volume fica no Brasil, dos quais 22% são consumidos no Estado de São Paulo.

O engenheiro florestal do Inaflora, Leandro Sobral, que atua na Amazônia, diz não haver levantamentos que atestem o percentual da madeira consumida que tem como origem o desmatamento ilegal. É categorico, no entanto, ao afirmar que a maior parte não provém do manejo sustentável. De acordo com ele, há inclusi-

ve madeiras de desmatamentos autorizados pelo Ibama (Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis). Isso porque na Amazônia 80% de uma propriedade rural é classificada como reserva legal e os outros 20% podem ser desmatados. “A madeira extraída desses 20% são legais, porém não são ecologicamente corretas”, disse.

MANEJO — Outra situação que camufla a extração predatória de madeira são as de supostas áreas de manejo florestal. A maior parte desses maneiros também não seria feita seguindo critérios científicos que garantam a sustentabilidade. As regras de manejo são definidas pelo Ibama (Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais

Renováveis) e devem obedecer a um ciclo de 30 anos. A propriedade de que se propõe a extração controlada de madeira deve ser dividida em 30 partes e, a cada ano, permite-se a retirada de cinco árvores por hectare em cada uma dessas partes. Para serem cortadas, as árvores devem ter um diâmetro pré-determinado pelo Ibama. Flávio Gandara, professor do Departamento de Ciências Biológicas da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) afirma que o problema está na fiscalização. “Só o Ibama não tem sido suficiente”, disse.



Marcelo Germano/JP

CERTIFICAÇÃO
Leandro Sobral e Regina Nouer atuam no Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Especialista recomenda produto certificado

A recomendação de especialistas é para que os cidadãos procurem por madeiras certificadas na hora de comprar. Caso contrário, afirma Regina Nouer, coordenadora de consumo responsável do Inaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), as chances são grandes de estar contribuindo com a devastação da Amazônia. O maior empecilho para o piracicabano ecologicamente correto, contudo, é que não há na cidade nenhum ponto de venda de madeira certificada. Atualmente, as duas certificadoras mais conhecidas do Brasil são o Conselho de Manejo Florestal (o FSC — Forest Stewardship Council, na sigla em inglês), e o Cerflor. O FSC é a única com reconhecimento internacional e o Inaflora, Organização Não-Governamental com sede em Piracicaba, é a maior certificadora credenciada pelo FSC no Brasil. O FSC já certificou, em todo o mundo, 90,7 milhões de hectares em 77 países do mundo. No Brasil, o Inaflora certificou 2,8 milhões de hectares — 19 florestas nativas e 24 florestas plantadas (é recomendável consumir eucalipto e pinus também certificados). O professor da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) Flávio Gandara, afirma que por haver poucas áreas certificadas no Brasil, a maior parte da madeira certificada vai para o exterior.